

A ANÁLISE DOCUMENTAL DE IMAGENS COMO PROCESSO DE MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS

THE DOCUMENTARY ANALYSIS OF IMAGES AS A PROCESS OF MEDIATION OF INFORMATION IN ARCHIVES

SÉRGIO MATIAS DA SILVA | Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e arquivista da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

ALINE LOPES DE LACERDA | Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora do Departamento de Arquivos e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

RESUMO

Busca-se pensar o processo de análise documental de imagens proposto por Agustín Lacruz (2010) como processo de mediação implícita entre estes registros e o usuário nos arquivos. Entende-se que os documentos imagéticos apenas quando articulados através de um processo de análise da imagem e de conteúdo podem configurar um sentido próprio e serem compreendidos pelo usuário, transformando-se assim em informações de fato.

Palavras-chave: análise documental; imagens; arquivos; mediação da informação.

ABSTRACT

We try to think about the process of documentary analysis of images proposed by Agustín Lacruz (2010) as an implicit mediation process between these records and the user. It is understood that iconographic documents only when articulated through a process of analysis of the image and content can configure a sense of their own and be understood by the user, thus becoming information in fact.

Keywords: documentary analysis; images; archives; mediation of information.

RESUMEN

Se busca pensar el proceso de análisis documental de imágenes propuesto por Agustín Lacruz (2010) como proceso de mediación implícita entre estos registros y el usuario. Se entiende que los documentos iconográficos sólo cuando articulados a través de un proceso de análisis de la imagen y de contenido pueden configurar un sentido propio y ser comprendidos por el usuario, transformándose así en informaciones de hecho.

Palabras clave: análisis documental; imágenes; archivos; mediación de la información.

INTRODUÇÃO

O processo de mediação da imagem tem surgido a partir da necessidade de compreender melhor sua dimensão expressiva diferenciada como forma possível de interação com o usuário. O que se visa neste trabalho é pensar a análise documental – e, mais especificamente, o modelo conceitual de análise de conteúdo de imagens proposto por Agustín Lacruz (2010) – como processo de mediação implícita entre o documento imagético e o usuário.

Optou-se por tal obra pela pertinência e importância no âmbito da temática. A autora propõe um método para análise documental de imagens e, para isso, revisam-se alguns aspectos da imagem como modo de representação da realidade e como documento de caráter informativo, social e histórico. Trata-se de um trabalho bem estruturado e explicado em pormenores, o que auxilia no entendimento de todo o processo analítico em questão e sua relação com a mediação da informação.

A mediação está presente em todos os momentos do processo informacional, não somente na disponibilização da informação para o usuário, mas também em todas as atividades desenvolvidas pelo profissional da informação. Isto é, não ocorre apenas no momento do contato do usuário com os documentos, mas também abarca todas as ações do fazer arquivístico, desde a construção do acervo, o processamento técnico dos documentos etc.

Argumenta-se que a apreensão do conhecimento nos arquivos não se dá pelo mero contato com objetos (documentos), mas sim por meio de processos de mediação guiados pelos arquivistas: a análise documental criaria, assim, uma nova forma de uso para as imagens. Tais imagens, somente depois de um processo de análise documental e de conteúdo, adquirem um sentido que será comunicado ao usuário, o qual através do seu entendimento gerará, de fato, informação e conhecimento.

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NOS ARQUIVOS

Os profissionais da informação, no tocante ao público a quem se destinam a servir, devem pressupor que suas ações mediarão o conhecimento de seus usuários. É a relação destes últimos com o documento que proporcionará que os conteúdos “protoinformados” (conjuntos de elementos sedimentados em suportes informacionais) atinjam a sua potencialidade. Dessa maneira, com o propósito de que tais elementos documentais se efetivem de fato em informação, torna-se primordial a relação com os sujeitos (Ferreira; Almeida Júnior, 2013).

Almeida Júnior (2009, p. 92) define a mediação da informação como “toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional”.

Por essa definição, logo percebemos a relação intrínseca que há entre as práticas arquivísticas e o processo de mediação da informação. Todos os procedimentos realizados nos arquivos estariam assim permeados de interferência direta ou indireta, incluindo certamente também os procedimentos de análise documental.

Ferreira e Almeida Júnior (2013) explicam, no entanto, que essa mediação, capaz de modificar o conhecimento anterior dos usuários, transformando-o em informação, só é possível se houver absorção e interpretação da chamada “protoinformação” (encontrada nos mais variados suportes) por parte desses usuários.

Entende-se como protoinformação uma espécie de informação em potencial, algo que ainda pode vir a ser. A informação aqui ainda não está “completa”, mas sim em sua forma “embrionária”:

a informação é efêmera e se concretiza apenas no momento em que se dá a relação do usuário com o suporte que torna possível a existência dela, informação. Assim, ela não existe a priori. Não existe antes da relação usuário/suporte, o que redundaria em defendermos que o profissional da informação trabalha com uma informação latente, uma quase-informação. Preferimos chamá-la de protoinformação, uma vez que ela não é, ainda, uma informação (Almeida Júnior, 2009, p. 98).

Defende-se que a mediação da informação se encontra presente em toda a atuação do profissional da informação, desde o armazenamento à disseminação, uma vez que todos os fazeres estão voltados à recuperação de informações que satisfaçam às necessidades de seus usuários. A análise documental, objeto central desta pesquisa, também é entendida como um processo de mediação, na medida em que é através de suas representações que o usuário terá acesso ao conteúdo documental.

A mediação da informação perpassa todos os serviços relacionados às práticas dos profissionais da informação, como arquivistas. No entanto, em algumas dessas ações (como se supõe seja o caso da análise documental de imagens), a mediação se apresenta de maneira implícita sem, necessariamente, a presença concreta do usuário, ainda que se perceba certa preocupação com ele. Assim, entende-se que a mediação implícita pode ser encontrada nas técnicas de organização e tratamento documental (Ferreira; Almeida Júnior, 2013).

De acordo com Almeida Júnior (2009, p. 93), a mediação implícita pode ser caracterizada como

todas as ações desenvolvidas antes do contato com o usuário, ou seja, mesmo sem a presença física do usuário, as ações são direcionadas para satisfazer as necessidades informacionais deste. Abarca as ações que deixam transparecer um conhecimento inconsciente, não passível de controle e que se imbrica com os conhecimentos conscientes.

A mediação implícita, embora não detenha a prerrogativa do contato direto com o usuário, é atividade relevante para estabelecer uma aproximação mais concreta entre o ambiente de informação e a comunidade de usuários, como é o caso da análise documental de imagens.

É nesse contexto que, no âmbito dos procedimentos arquivísticos, o processo de análise documental de imagens pode apresentar-se como uma ferramenta que prepara a “protoinformação” no âmbito da técnica, visando a sua transformação em uma “informação” no âmbito da relação profissional arquivista-usuário.

A constatação em questão relaciona-se com a progressão proposta por Ferreira e Almeida Júnior (2013): documento (suporte) – organização documental – pesquisador/usuário – apropriação da informação – produção/modificação/alteração de conhecimento.

Por isso, como dizem Ferreira e Almeida Júnior (2013), identificar processos de identificação, organização e representação dos arquivos, bem como produzir instrumentos que reflitam a lógica orgânica dos documentos, coloca o profissional arquivista em contato com conteúdos “protoinformativos” dos documentos, que são tratados com o objetivo de atendimento da instituição em que se encontram e, uma vez disponibilizados para o acesso, serão interpretados futuramente pelos usuários.

Dessa forma, embora haja uma mediação entre o veículo documento, a informação nele existente e o processamento técnico efetivado pelo arquivista, essa mediação não visa diretamente (nessa etapa) o enfoque no usuário. De acordo com Ferreira e Almeida Júnior (2013), trabalha-se, nesse contexto, a utilização dessa “informação-ainda-não-latente” no âmbito da identificação, seleção, classificação e processamento informacional, o que a caracteriza, portanto, como uma mediação implícita.

Nessa interface arquivística, entende-se que os arquivistas passaram por uma mudança, no tocante à custódia: saíram da passividade com que custodiavam os “resíduos” documentais, ativos conformadores da herança arquivística; e, agora, intervêm e deliberam nos padrões de arquivamento. Com essa transformação, verificada ao longo do tempo, os arquivistas tornaram-se construtores ativos da memória social (Cook, 1998).

De acordo com Varela (2007), o mediador (arquivista) é uma figura humana que no processo de organização do seu saber, recorre ao seu repertório intelectual, social, ideológico e afetivo. O mediado (usuário) recebe e particulariza a informação por meio de seu próprio repertório, constituído por seus conhecimentos prévios, por suas predisposições com relação ao conteúdo e ao próprio mediador.

A ideia de neutralidade, tanto do mediador quanto do processo de mediação, torna-se claramente inapropriada. O momento da relação/interação profissional da informação com o usuário é estruturado não como algo estanque. O momento em que se concretiza não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno, mas, ao contrário, resulta da relação dos sujeitos com o mundo (Almeida Júnior, 2009).

Para Ferreira e Almeida Júnior (2013) uma característica marcante da mediação da informação é justamente essa interferência. Não há como negar que o próprio profissional da informação, seja ele arquivista, bibliotecário ou museólogo, interfere no tratamento da informação, bem como no atendimento ao usuário. Seus valores, conhecimentos e preceitos não são apagados na relação com o tratamento da informação. Por isso, longe de serem neutros, esses profissionais devem atentar para que essa interferência não se confunda com manipulação, uma vez que seus limites são tênues.

No que tange à interferência do profissional da informação no processo de mediação, Almeida Júnior (2009, p. 93) afirma que:

No conceito de mediação da informação, destaca-se a afirmação de que é ela uma interferência. Em oposição ao pensamento hegemônico que sustenta a imparcialidade e a neutralidade do profissional da informação no exercício de seu trabalho, defendemos a existência da interferência. É ela constante e indissociada do fazer do profissional da informação.

O autor sugere, portanto, que a interferência deverá ser afirmada ao invés de negada, a fim de se diminuir o risco e consequências da manipulação. Tal afirmação é de particular importância ao processo de mediação da informação orgânica, principalmente em relação à análise documental, uma vez que há um grande envolvimento dos profissionais da área da ciência da informação em sua execução (Ferreira; Almeida Júnior, 2013).

Nesse sentido, é válido, no tocante às instituições arquivísticas, atentar-se também aos procedimentos técnicos e ao atendimento dos usuários dos arquivos. Para que o arquivo possa cumprir sua função social e garantir o direito dos cidadãos, há de se pensar não somente na relação do pesquisador/usuário do arquivo, como, também, nos procedimentos adotados para que os documentos possam ser encontrados, recuperados, consultados e, dessa forma, possibilitar o êxito do usuário e garantir a efetiva mediação da informação arquivística.

Tais reflexões possibilitam a defesa de que os arquivos, entre outras funções, produzem conhecimento. Essa afirmação é decisiva, visto que se observa uma nova “postura” das instituições arquivísticas. O arquivo não é apenas o braço da administração e guardador de memória: é, também, produtor e ativo disseminador de conhecimento.

A ANÁLISE DOCUMENTAL DE IMAGENS

A riqueza expressiva da imagem faz dela uma modalidade de comunicação humana muito eficaz. Nas últimas décadas seu estudo tem suscitado grande interesse em diversas áreas. Hoje em dia, as representações imagéticas constituem uma parte substancial de nossa cultura visual contemporânea e é impossível ignorar sua dimensão tanto informativa, quanto documental. São consideradas como valiosas fontes para colher informações sobre os contextos socioeconômicos e históricos, cultura material, formas de vida, sistemas de crença etc. Assim, sua extensão de uso, efetividade e versatilidade comunicativa justificam seu estudo científico e sua análise em entornos documentais.

A análise documental é uma operação que se realiza sobre os documentos pertencentes a um determinado conjunto e tem como objetivo obter uma representação de cada um deles que permita encontrar e recuperar o documento de acordo com critérios previstos e informar sobre o mesmo por meio de uma interface adequada. Essas representações, mais manejáveis que o original, podem substituir o documento no processo documental (Valle Gastaminza, 2001).

Agustín Lacruz (2010) corrobora com tal definição, entendendo que a análise documental tem como objetivo primordial a recuperação dos documentos a partir de distintos critérios morfológicos ou temáticos, geralmente normalizados. Analisa-se o documento, desta

perspectiva, para que “apareça” quando seja necessário. A análise documental permite controlar os documentos por meio de suas representações, ou seja, informar sobre eles sem ir diretamente a eles.

Para Boccato e Fujita (2006), a análise documental de imagens deve atender aos preceitos da documentação, refletindo a credibilidade e segurança no momento da recuperação da informação pelo usuário. Atendendo assim ao objetivo central da análise documental, a informação deve promover a identificação de materiais informacionais que respondam, de maneira satisfatória, às questões dos usuários e, por outro lado, possibilitar a tomada de decisões sobre a consulta e a escolha de um determinado documento original. Para que essas funções sejam devidamente cumpridas, a informação documental deve ser elaborada por meio de métodos que correspondam à equivalência entre o sentido do texto original e a sua representação.

Valle Gastaminza (2001, p. 10) destaca ainda que ao se analisar um documento iconográfico, devemos estar cientes de que nunca um texto vai expressar com suficiência o que a imagem transmite e, por isso, deve-se constatar que representações textuais de imagens não podem substituir as próprias imagens. No entanto, tais representações podem incluir uma grande quantidade de informação que descreva os atributos característicos do documento imagético que, estruturada e normalizada em um processo documental, será de grande ajuda a quem queira encontrar tais imagens, recuperá-las ou saber algo sobre elas.

Agustín Lacruz (2010) entende ser necessário, primeiramente, compreender os processos que influem no modelo de análise documentária, a fim de estabelecer e aplicar uma metodologia de tratamento documentário que revele preocupação com a representação do conteúdo das imagens e enfatize a informação como veículo do processo comunicativo e como fonte de conhecimento.

MODELO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL DA IMAGEM

O objetivo principal do processo de análise da imagem é examiná-la como um registro ou evidência de interesse geral, no qual o objetivo prioritário é dar conta do conteúdo das representações, destacando outros aspectos como os relativos à qualidade estética, técnica, aspectos sociais, culturais etc.

Em sua obra, Agustín Lacruz (2010) explica que o procedimento geral de análise do conteúdo requer o estabelecimento de um modelo conceitual que guie todo o processo e inclua a compreensão de seu contexto de comunicação, os procedimentos de análise e os instrumentos de normalização documental. Esse modelo deve incluir aspectos como um conjunto de competências que permitam a leitura compreensiva da imagem e a definição de objetivos, um método de trabalho específico.

A autora elenca, do ponto de vista da análise semântica, os conhecimentos necessários que são, ao menos, de três tipos: conhecimentos sobre o contexto de produção, transmissão e recepção da imagem em sua época original, mas também ao longo da sua evolução diacrônica, até chegar à atualidade; conhecimentos metodológicos sobre o modo de ver,

descrever, identificar e interpretar uma imagem; conhecimentos e metodologias especificamente documentais sobre representação e recuperação da informação imagética (Agustín Lacruz, 2010, p. 89).

No quesito metodológico, o *método iconológico* de Erwin Panofsky ganha destaque pelo brilhante desenvolvimento de uma proposta que ressalta os aspectos relacionados com o significado das obras visuais, frente aos estudos formais e à história tradicional. Para isso delimita um âmbito de trabalho claramente interdisciplinar que se pauta pela contextualização da produção do registro em diversos níveis. O método iconológico estabelece três níveis distintos de significação que são explicados pela autora em seu manual (Agustín Lacruz, 2010, p. 91):

Significação primária ou natural: esta se alcança identificando formas puras (configurações de linhas e cores etc.) como representações de objetos naturais (seres humanos, animais, plantas, casas, ferramentas etc.); identificando suas relações mútuas como acontecimentos e captando certas qualidades expressivas. Para resolver esse tipo de análise basta a experiência cotidiana e a cultura geral, posto que a enumeração dos motivos para realização do registro constitui uma descrição *pré-iconográfica* da obra visual;

Significação secundária ou convencional: este nível de significação se alcança mediante a identificação das figuras, os temas e os conceitos manifestados nas imagens, histórias, tramas narrativas e alegorias. O processo se denomina *análise iconográfica*. Para realizá-lo o investigador deve possuir conhecimentos sobre as fontes literárias, mitológicas, religiosas, arquivísticas etc., próprias da tradição cultural na qual a cena se sucede e se representa;

Significação intrínseca ou de conteúdo: investiga-se os principais aspectos implícitos que revelam a mentalidade básica de uma nação, época, classe social, crença religiosa ou filosófica representada em uma determinada obra. Dessa maneira, o conteúdo de uma obra visual se explicita quando se interpretam as formas, motivos e alegorias como valores simbólicos de universos culturais determinados. Este processo de análise se denomina *interpretação iconológica* e requer um conhecimento profundo da história da cultura visual e de seu contexto social e cultural. É o grau mais elevado do método iconológico.

A aplicação dos níveis pré-iconográfico e iconográfico é fundamental e necessária para a descrição do conteúdo do documento imagético. Esses dois níveis se complementam, possibilitando aos profissionais de informação a realização de uma análise mais eficiente dos documentos iconográficos.

Quanto ao nível iconológico, este requer uma contextualização social, política e/ou econômica sobre a representatividade do conteúdo do documento e, dessa forma, a autora atribui essa responsabilidade também aos historiadores, complementando a interação existente entre esses três níveis de interpretação da imagem.

Assim, fica claro como o processo de análise documental é permeado de subjetividades, e tal perspectiva, como explicado anteriormente, não deve ser eclipsada em prol de uma pretensa neutralidade, mas sim exposta para que se perceba o processo de mediação

implícito existente entre o documento, as atividades relacionadas ao seu processamento analítico e o usuário final.

PROCESSO DE ANÁLISE DOCUMENTAL DA IMAGEM

Uma vez que se tenha estabelecido o modelo conceitual para determinação de conteúdo com a sua metodologia específica, o processo de análise documental da imagem se desenvolve com um objetivo principal: descrever a mensagem imagética para a sua posterior recuperação e comunicação.

Agustín Lacruz (2010) destaca que este processo se desenvolve em quatro fases – leitura da imagem; determinação do conteúdo; documentação exógena e representação documental – que se descrevem como sucessivas e lineares, embora possuam um comportamento real de dinamismo e retroalimentação.

Como poderemos perceber, a análise do conteúdo da imagem não é tarefa simples, pois abriga várias atividades que requerem do profissional, além de conhecimentos de ordem documentária, competências de nível pessoal, como dinamismo e proatividade para buscar documentos relevantes que compreendam outras áreas do conhecimento, no caso, as artes. Cada operação em particular faz parte do processo maior de análise que resultará na representação dos materiais. Assim, nenhuma etapa deve ter sua importância relativizada, pois integra uma sequência de instâncias fundamentais à elaboração de sentido das imagens e todas e cada uma influenciam no resultado final.

Apresentamos a seguir a explicação de cada uma das fases para um melhor entendimento do processo analítico como um todo. Expondo cada uma das etapas individualmente entende-se que sua conexão com a questão dos processos mediativos se tornará mais evidente.

LEITURA DA IMAGEM

A leitura da imagem é a etapa que inicia todo o processo e dá origem à análise de conteúdo posterior. É uma atividade complexa que inclui conhecimentos, habilidades e estratégias que as pessoas adquirem e aperfeiçoam com os anos, segundo as diversas situações que experimentam e mediante a interação com outros sujeitos nos âmbitos sociais que participam.

A leitura de imagens requer o conhecimento e a identificação das características específicas da linguagem visual e do sistema de significação. Implica também capacidade para compreender e utilizar as imagens para alcançar os objetivos do sujeito leitor. Por último, supõe a observação pormenorizada de cada um dos diferentes códigos significativos que articulam os âmbitos em que se desenvolve o significado da imagem.

Percebe-se que tal etapa é importantíssima para a própria construção do sentido da imagem, ou seja, aquilo que será externalizado futuramente durante o acesso. Estamos aqui, então, diante de um processo de mediação capaz de ditar os rumos do entendimento do documento pelo usuário.

DETERMINAÇÃO E ANÁLISE DE CONTEÚDO

Esta etapa traz a leitura da imagem e a identificação dos elementos que definem sua estrutura semântica. Nesta fase examinam-se de forma sucessiva os planos de significado da obra (pré-iconográfico, iconográfico e iconológico) em relação ao modelo de análise de conteúdo escolhido (método iconológico), tendo em vista as particularidades do tema, gênero, uso, estilo, contexto etc.

A análise do significado da imagem se organiza em três planos: descrição, identificação e interpretação, que podem ser implementados em forma de tarefas. Explica-se a seguir cada uma dessas etapas a partir do preconizado por Agustín Lacruz (2010, p. 100).

A descrição é uma operação documental que se relaciona com o nível pré-iconográfico, correspondendo ao estrato mais básico da análise de conteúdo. No entanto, é uma operação analítica imprescindível para levar a cabo as fases restantes, pois se refere de forma objetiva ao que está representado na imagem. A descrição deve caracterizar os seres e objetos representados, incluindo os dados relativos a gênero, idade, expressões e gestos, aspecto, indumentária, ornamentação etc., de maneira que seja assegurada sua identificação ao nível mais detalhado possível.

A identificação – que se relaciona com o nível iconográfico – consiste na individualização e personificação dos temas e motivos representados através das pessoas, figuras, objetos, lugares, acontecimentos etc. A identificação é realizada mediante a tipificação dos atributos de cada cena, figura ou objeto por meio do estudo dos elementos que os acompanham.

Por último, a interpretação é a operação documental que se atém ao nível mais profundo de análise do conteúdo da imagem (nível iconológico). Para ser feita considera-se a intencionalidade do criador, do ambiente histórico-cultural, a função, o alcance e o propósito da obra. Supõe um nível de abstração e complexidade superior à leitura iconográfica, pois visa apreender a significação profunda da imagem, buscando sentidos de segundo grau.

Ao descrevermos, identificarmos e interpretarmos o conteúdo imagético estamos – querendo ou não – criando significado. Novamente, não se trata de negar tal interferência, muito pelo contrário, mas de compreender como o envolvimento dos profissionais da área da informação é vital para disseminação do conhecimento presente nos documentos. Além disso, é ter claro que ao realizarmos tais procedimentos estamos contribuindo para o processo de mediação que, embora implícito, vai atuar diretamente na compreensão do usuário ante tal registro iconográfico.

SELEÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXÓGENA

Esta é uma fase de apoio, específica dos processos de análise de conteúdo de documentos icônicos, que implica a seleção de fontes de informação complementares que podem ser necessárias para análise da imagem.

Como bem lembra Lacruz (2010), essas fontes de informação podem ser classificadas atendendo a dois critérios: segundo sua natureza significativa – fontes icônicas, textuais, orais etc. – ou atendendo ao tipo de informação que contém – primária, secundária.

Entre as fontes icônicas de natureza significativa destaca-se a própria imagem em relação ao resto das obras iconográficas e as fontes visuais que com ela mantêm vínculo, em razão da imagem inspirar-se nelas, fazer parte de uma mesma série, coletâneas etc.

Já em relação às fontes textuais complementares é possível distinguir obras de referência (enciclopédias, dicionários, guias); fontes de informação primária (monografias, publicações, teses); e fontes de informação secundárias (bibliografias gerais, catálogos de biblioteca, base de dados).

REPRESENTAÇÃO DOCUMENTAL

Uma vez efetuada de forma sistêmica, a análise de conteúdo da imagem permitirá gerar representações documentais que recolhem as principais informações relativas ao conteúdo da imagem, de maneira que seja possível reunir todos os documentos pertinentes à demanda de informação do usuário nas melhores condições possíveis. A fase de representação documental é, portanto, uma fase de concreção, de expressão da análise realizada previamente (Agustín Lacruz, 2010).

Como a etapa anterior (documentação exógena), esta fase é também caracteristicamente documental, já que seu objetivo é redigir representações documentais secundárias que, com os instrumentos de pesquisa, facilitem o acesso e a recuperação do conteúdo documental.

A autora verifica que a partir do resumo é possível realizar a extração de palavras-chave, o que proporciona um nível intermediário de representação, sobre o qual é possível praticar o controle de vocabulário requerido, mediante ferramentas linguísticas diversas como tesouros, vocabulários especializados etc.

A função principal do resumo é então proporcionar uma descrição pormenorizada do conteúdo semântico da imagem mediante a redação de um texto em linguagem natural que seja gramaticalmente correto. A informação se dispõe em sucessivos níveis de profundidade e densidade informativa, de tal maneira que o usuário acesse em primeiro lugar a informação básica e paulatinamente vá adentrando em outras mais específicas (Agustín Lacruz, 2010).

Destaca-se, por último, a importância do termo de indexação, pois é uma ferramenta linguística que permite controlar o léxico com o qual se formulam as demandas dentro dos sistemas de informação. Desempenha assim função primordial no processo de mediação entre os documentos e os usuários.

Tais descritores, elenca a autora, podem ser *livres*, ou seja, palavras-chave extraídas do resumo ou criadas em linguagem natural pelo indexador, ou *controlados*, aqueles que são feitos mediante um tesouro para conseguir uma relação de otimização com precisão de busca e escolha de termos, eliminando assim polissemias e sinônimos, por exemplo.

A fase da representação documental talvez seja a etapa da análise documental em que o processo de mediação da informação seja mais latente, pois aqui o arquivista está objetivamente criando termos, expressões verbais, que farão referência direta a um conteúdo visual. Em outras palavras, o profissional da informação está realizando a conexão entre duas formas de comunicação totalmente distintas.

CONCLUSÃO

As imagens constituem um objeto de estudo intrinsecamente polissêmico, cujas diversas formas de significação se enriquecem com os aportes de diferentes escolas e correntes metodológicas, capazes de conciliar interesses variados e perspectivas diversas.

A imagem não apenas se constitui em um tipo de representação icônica que goza de um extenso uso cultural e uma longa trajetória histórica como meio de expressão e comunicação, mas também uma morfologia e características documentais muito específicas que não podem ser desprezadas pelo universo arquivístico.

É necessário ainda que se avance no estudo conceitual sobre registros imagéticos e principalmente em questões metodológicas específicas que nortearão seu tratamento e, em consequência disso, permitirão que seu uso seja feito de maneira mais adequada, o que gerará ganhos para a própria disciplina, com o desenvolvimento teórico relativo a esse tipo de registro.

A riqueza comunicativa das imagens faz com que as mensagens que transmitem resultem em extraordinário valor para aqueles que trabalham com essa documentação, como arquivistas, que necessitam aprender a decodificar analiticamente seu significado de maneira que seja possível sua comunicação posterior.

Os valores que as imagens possuem não se esgotam em um enfoque, nem em uma só época. Sua capacidade de fascinar, provocar emoções e estimular pensamentos se renovam em cada ocasião. As imagens são espaços que admitem a leitura plural, pois são capazes de integrar múltiplos estratos culturais sem perder sua própria individualidade. Por isso, analisar imagens é uma forma de compartilhar significados.

Os estudos e reflexões sobre mediação da informação vêm se estabelecendo em várias áreas do conhecimento e têm sido aplicados em vários segmentos profissionais. Isso ocorre pelo caráter múltiplo, plural e coletivo que a mediação possui, enquanto conceito e fundamento teórico, epistemológico e pragmático.

Os processos de mediação estão ligados a todas as possibilidades de diálogos plurais entre sujeitos, informação e ambientes diversos. Contribuem para a construção de novos significados, estimulam novas práticas e novos saberes. Constroem novas atitudes e posturas. Repensam valores, condutas e ideias.

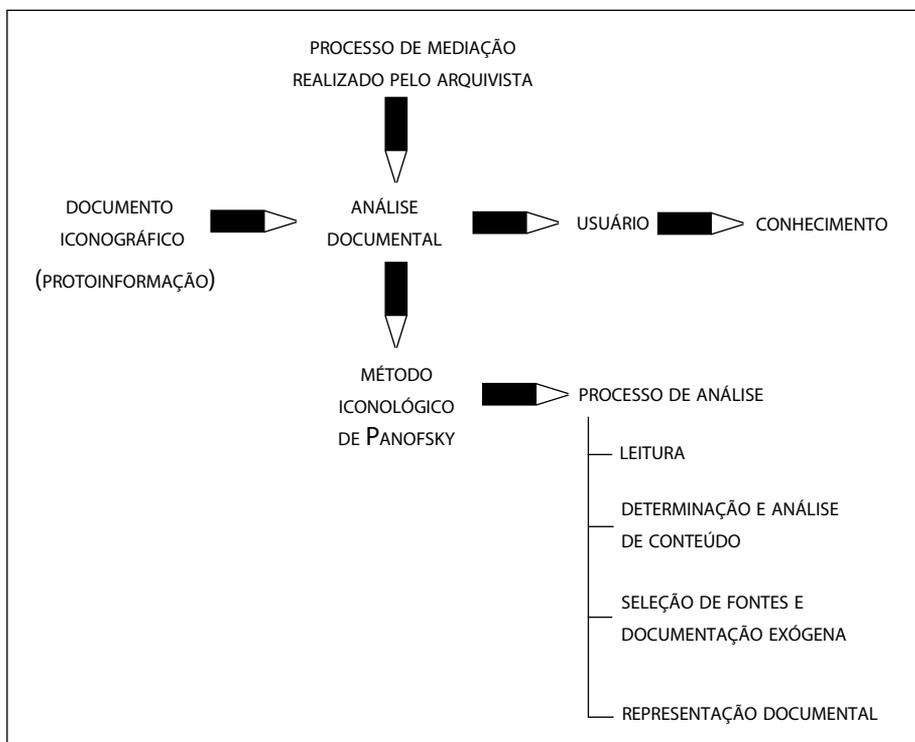
Desenvolver processos de mediação no âmbito das expressões em imagens nos coloca diante de diferenças, dos debates, análises e construção de novos referenciais, de sensações diversas, discursos e diálogos plurais; é compreender as adversidades, o pensamento do outro, dos outros. É experimentar o coletivo dialógico. As mediações proporcionam conhecer outras realidades, desconstruir valores arraigados, uma vez que lidamos com a heterogeneidade de concepções.

Os arquivistas devem pressupor que suas ações mediarão o conhecimento entre os documentos e seus usuários. Nessa relação, os procedimentos de análise documental de imagens contribuem para efetivar o acesso do usuário às informações de que precisa para apreender, transferir e transcender o conhecimento.

O processo de análise documental das imagens no âmbito dos arquivos deve sim ser compreendido como um processo de mediação, na medida em que colabora para que a informação em potencial registrada em suporte iconográfico (protoinformação imagética) chegue até o usuário para que, assim, se torne de fato uma informação e conseqüentemente gere conhecimento.

Por fim, entendemos que a análise documental de imagens nos arquivos como processo de mediação pode ser compreendida como uma ponte que interliga duas formas de comunicação distintas – visual e verbal. Ao realizar esse *link* semântico entre o visto e o escrito, o processo de mediação em questão acarretará a criação de uma interpretação do registro por parte do mediador-arquivista que será determinante para a acepção do usuário ante tal documento imagético e o posterior conhecimento engendrado a partir dele. A ilustração a seguir busca esquematizar e resumir a ideia central deste artigo.

Quadro 1 - A análise documental de imagens como processo de mediação nos arquivos



Fonte: elaboração própria.

Em suma, o que há de mais importante em todos esses processos é que o profissional da informação problematiza, organiza e estrutura a informação; e o pesquisador usa a informação, problematizando-a, organizando-a e estruturando-a segundo o enfoque historiográfico que esteja aplicando em sua leitura, análise e interpretação da imagem. Para a realização

efetiva e apropriada desses processos, é de vital importância a mediação da informação propiciada pelo tratamento documental e a análise documentária de imagens, que por fim tornará possível a informação se converter em conhecimento.

Referências

AGUSTÍN LACRUZ, M. C. El contenido de las imágenes y su análisis en entornos documentales. In: GÓMEZ DÍAZ, R.; AGUSTÍN LACRUZ, M. C. (ed.). *Polisemias visuales: aproximaciones a la alfabetización visual en la sociedad intercultural*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2010.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Pesq. Bras. Ci. Inf.*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

BOCCATO, V. R.; FUJITA, M. S. L. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, Lisboa, n. 2, p. 84-100, 2006.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-152, 1998.

FERREIRA, L. E.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A mediação da informação no âmbito da arquivística. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 18, n. 1, p. 158-167, jan./mar. 2013.

VALLE GASTAMINZA, F. *El análisis documental de la fotografía*. Universidad Complutense de Madrid. Versión 2001. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/multidoc/prof/fvalle/artfot.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

VARELA, A. V. *Informação e autonomia: a mediação segundo Feuerstein*. São Paulo: Senac, v. 1, 2007.

Recebido em 19/6/2018

Aprovado em 21/8/2018